



**XXVIII Congresso Brasileiro de Custos**  
17 a 19 de novembro de 2021  
- Congresso Virtual -



## **DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA): ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZAS DAS MAIORES COMPANHIAS BRASILEIRAS POR VALOR DE VENDAS LÍQUIDAS**

**Vitória Giovana Mota Oliveira** (FCRN) - vitoria.oliveira@aluno.catolicadorn.com.br

**Ítalo Carlos Soares do Nascimento** (UFC) - italocarlos25@gmail.com

**Adriana Martins de Oliveira** (UERN) - adrimartinso@gmail.com

**Jane Elly Nunes da Costa Lima** (FCRN) - jane\_elly@hotmail.com

### **Resumo:**

*O objetivo do estudo foi compreender como ocorre a distribuição das riquezas das maiores companhias brasileiras por valor de vendas líquidas, mediante informações constantes na Demonstração do Valor Adicionado - DVA, no período de 2017 a 2020. A justificativa do estudo está na necessidade de compreender o desempenho social das empresas utilizando a DVA, além de contribuir com novas evidências acerca da influência do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE na performance empresarial. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva, documental e longitudinal, realizada a partir de uma amostra de 36 empresas de capital aberto, com informativos divulgados no website da B3. Utilizou-se estatística descritiva e teste de médias para analisar o comportamento das empresas Listadas no ISE, quanto ao desempenho da riqueza geral e dos grupos de distribuição da DVA, relacionando também com o setor de atuação no mercado, além de comparar a remuneração dos funcionários entre as empresas Listadas no ISE e as Não Listadas. Os achados apontam que o setor de maior destinação em ambos os grupos é o de Energia. Das riquezas gerais, após o Governo, o segundo subgrupo em que mais se distribuiu riqueza foi o de Capitais de Terceiros. Obteve-se também que as empresas Listadas no ISE resultaram em maiores médias de riquezas gerais quando comparadas as Não Listadas no ISE; e quanto a distribuição com pessoal e encargos, as empresas Listadas no ISE apresentaram melhor desempenho.*

**Palavras-chave:** *Demonstração do Valor Adicionado, Índice de Sustentabilidade Empresarial, Indicadores.*

**Área temática:** *Abordagens contemporâneas de custos*

## **Demonstração do Valor Adicionado (DVA): análise da distribuição de riquezas das maiores companhias brasileiras**

### **RESUMO**

O objetivo do estudo foi compreender como ocorre a distribuição das riquezas das maiores companhias brasileiras por valor de vendas líquidas, mediante informações constantes na Demonstração do Valor Adicionado - DVA, no período de 2017 a 2020. A justificativa do estudo está na necessidade de compreender o desempenho social das empresas utilizando a DVA, além de contribuir com novas evidências acerca da influência do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE na performance empresarial. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva, documental e longitudinal, realizada a partir de uma amostra de 36 empresas de capital aberto, com informativos divulgados no *website* da B3. Utilizou-se estatística descritiva e teste de médias para analisar o comportamento das empresas Listadas no ISE, quanto ao desempenho da riqueza geral e dos grupos de distribuição da DVA, relacionando também com o setor de atuação no mercado, além de comparar a remuneração dos funcionários entre as empresas Listadas no ISE e as Não Listadas. Os achados apontam que o setor de maior destinação em ambos os grupos é o de Energia. Das riquezas gerais, após o Governo, o segundo subgrupo em que mais se distribuiu riqueza foi o de Capitais de Terceiros. Obteve-se também que as empresas Listadas no ISE resultaram em maiores médias de riquezas gerais quando comparadas as Não Listadas no ISE; e quanto a distribuição com pessoal e encargos, as empresas Listadas no ISE apresentaram melhor desempenho.

Palavras-chave: Demonstração do Valor Adicionado. Índice de Sustentabilidade Empresarial. Indicadores.

Área Temática: Abordagens contemporâneas de custos.

### **1 INTRODUÇÃO**

Devido à alta competição mercadológica, as questões sociais e a preocupação com o meio ambiente vêm ocupando cada vez mais espaço no meio empresarial. Em virtude disto, as empresas além de atender majoritariamente ao aspecto econômico-financeiro, tem buscado aprimorar-se no que cabe à responsabilidade social (Sousa & Faria, 2018).

A cobrança por Responsabilidade Social Corporativa (RSC) advém do modelo de desenvolvimento econômico contemporâneo que vem gerando desequilíbrios sociais exacerbados, de forma que crescimento exponencial, riqueza e fartura coexistem com miséria e degradação ambiental e humana, o que resulta numa vigente demanda por parte da sociedade de soluções do mundo corporativo, como também da adoção de práticas que resultem em benefícios à sociedade e ao meio ambiente (Dalmacio & Buoso, 2016). Ou seja, a geração de riqueza proporcionada pelo crescimento e a diversificação das grandes empresas possui um sentido mais amplo, além da criação e manutenção de empregos, e de oferecer produtos e serviços de qualidade ao mercado, elas devem incentivar e promover a qualificação

profissional, realizar ações sociais, e adaptar seus processos produtivos visando a conservação ambiental (Sousa & Faria, 2018).

O interesse empresarial em divulgar o comprometimento com a RSC faz com que a quantidade de informações disponibilizadas publicamente aumente gradativamente, pois mais do que colaborar com o meio ambiente, as companhias ganham credibilidade comercial e um diferencial competitivo (Dalmacio & Buoso, 2016). Deste modo, a difusão pública de um conjunto de informações sobre a relação entre comunidade e empresa, meio ambiente, funcionários e benefícios dos produtos oferecidos é conhecido como Disclosure Social (Anderson & Frankle, 1980).

Pela necessidade de preservar a qualidade e fidedignidade das informações e padronizar as práticas contábeis em acordo com as normas internacionais, fortalecendo o mercado de capitais brasileiro, foi criada a Lei nº. 11.638/07, que tornou obrigatória a divulgação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para as empresas de capital aberto e outras entidades que a lei assim estabelecer, conferindo, desta forma, o aspecto social às demonstrações financeiras (Reusch, Rover, & Ferreira, 2016).

A DVA configura-se como indispensável ferramenta para o planejamento e gerenciamento das informações, visto que as informações nela presentes fornecem dados relevantes a partir do conhecimento da origem, a atividade exercida pelas corporações e seus consequentes impactos, até a distribuição das riquezas observando o desempenho social delas (Sousa & Faria, 2018).

Sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa, foi criada em 2005 uma carteira teórica composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, que proporciona uma análise comparativa da performance das empresas listadas na plataforma da B3. Neste contexto, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) surge afim de criar um ambiente de investimento que corroborasse com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea e estimulasse a responsabilidade ética das corporações (Brasil Bolsa Balcão, 2005).

Souza e Faria (2018) buscaram analisar em seu estudo as DVA's publicadas pelas companhias de capital aberto componentes da carteira 2018 do índice ISE da B3, para medir a geração e a distribuição do valor adicionado aos agentes econômicos que participaram da formação da riqueza, mediante indicadores apresentados na literatura, comparando, desta forma, o desempenho na geração e distribuição de riqueza de dois grupos de empresas, as integrantes do ISE e as não integrantes. Entretanto, sentiram a necessidade de abordar essa temática em outro estudo de caso, analisando com maior profundidade os indicadores apresentados no estudo deles, e com o intuito de usar outros indicadores de DVA presentes na literatura contábil para verificar a variância e a significância dos indicadores. Já Reusch, Rover e Ferreira (2016) realizaram uma pesquisa similar em dez empresas que publicaram suas demonstrações financeiras na B3, porém sentiram a necessidade de uma amostra maior, fato que traria mais embasamento ao estudo.

Sendo assim, este estudo buscou compreender a seguinte questão de pesquisa: **Como ocorre a distribuição das riquezas das maiores companhias brasileiras por valor de vendas líquidas?** Destarte, esta pesquisa tem como objetivo principal compreender como ocorre a distribuição das riquezas das maiores companhias brasileiras por valor de vendas líquidas, mediante informações constantes na Demonstração do Valor Adicionado.

Este estudo configura-se relevante uma vez que, em sua contribuição prática, utiliza as informações obtidas através da DVA para compreender o desempenho social e econômico das empresas, além de, como contribuição teórica, trazer novas evidências para a literatura acerca da influência do ISE na performance das companhias no mercado, e a utilidade do conteúdo informacional possibilitado pelo uso dos indicadores contábeis de DVA.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Demonstração do Valor Adicionado**

Em virtude da evolução econômica e social dos últimos tempos, as empresas passaram a ter a necessidade de evidenciar a sua capacidade de geração e distribuição de riquezas para a sociedade. Esta adaptação passou a ser explorada nos países europeus, destacando-se excepcionalmente no Reino Unido ao final da década de 70 com o advento do Comitê de Normas Contábeis em 1975. Este comitê estimulava a elaboração da DVA, que surge como uma ferramenta contábil capaz medir e avaliar a capacidade de geração de recursos das companhias, assim como atender as exigências de seus colaboradores perante as informações que dizem respeito a como o a riqueza obtida pela entidade é utilizada (Dallabona, Kroetz, & Mascarello, 2014, De Luca, 1998, Santos, Botinha, & Lemes, 2019, Souza & Faria, 2018).

Neste aspecto, a DVA tem por objetivo evidenciar o cálculo de obtenção do valor adicionado, isto é, o valor da riqueza econômica gerada pelas atividades da empresa, além de sua distribuição entre os beneficiários que colaboraram para a geração dela, ou seja, evidencia a parcela do valor adicionado destinada aos sócios e acionistas, demais financiadores externos, funcionários, sociedade, governo e a parcela que é retida na entidade. Uma organização ao divulgar a geração do seu valor adicionado está expondo a sua capacidade de contratar pessoas, pagar impostos, e dividendos aos seus investidores (Macedo, Machado, & Macedo, 2015, Martins, Machado, & Callado, 2014, Oliveira & Coelho, 2014).

O Comitê De Pronunciamentos Contábeis - CPC 09, pronunciamento contábil responsável por estabelecer critérios para elaboração e apresentação da DVA, define o valor adicionado como a riqueza criada pela empresa, medida, em geral, pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Ao qual, após a mensuração do valor adicionado do período, há a distribuição deste a todos os que contribuíram para a sua geração. As companhias brasileiras começaram a se preocupar com a evidenciação do valor adicionado e sua repartição devido ao aumento das repercussões a respeito da Responsabilidade Social Corporativa, ora por assumirem verdadeiro comprometimento socioambiental, por cobranças da sociedade, ou por interesse próprio para uso como uma ferramenta de marketing (Dallabona, Kroetz, & Mascarello, 2014).

A promulgação da Lei nº. 11.638/07 promoveu alterações na Lei nº. 6.404/76, e configurou a adoção do Brasil aos padrões internacionais de contabilidade. Esta lei tornou obrigatória a elaboração e publicação da Demonstração do Valor Adicionado para as companhias de capital aberto e outras entidades que a lei assim estabelecer. Antes de ser obrigatória para estas empresas a CVM por meio do Parecer de Orientação CVM nº 24/92, já estimulava sua adoção e publicação (Felipe, Almeida, & Reusch, 2016, Martins, Machado, & Callado, 2014).

Algumas das informações disponibilizadas pela DVA podem ser retiradas da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), entretanto, apesar de

complementares, possuem diferentes pontos de vista. Ambas são elaboradas com base nas normas contábeis, mas o enfoque da DRE consiste em enfatizar o lucro líquido do exercício, abordando em sua estrutura as despesas, os juros, salários, custos e outros para a geração de receita, já a DVA retrata as informações em um formato mais amplo e detalhado, ao evidenciar a distribuição de riqueza gerada para os agentes econômicos que afetam e são afetados pelas atividades da empresa, incrementando à demonstração o tocante à responsabilidade social (Dallabona, Kroetz, & Mascarello, 2014, Souza & Faria, 2018).

Santos, Botinha e Lemes (2019) expõem que a carência de informações mais completas fundamentou a importância atribuída à DVA pelo advento da convergência contábil. Eles complementam que a DRE além a capacidade da empresa em gerar lucros apenas aos sócios e acionistas, sem levar em conta outros fatores econômicos que fizeram parte da geração de riqueza da entidade, e que apesar de a DVA não ser inovadora no que tange às informações contidas na DRE, ainda manifesta os dados de maneira mais clara e concisa.

Conforme explica Arruda, Garcia e Lucena (2015), para os investidores e outros usuários, essa demonstração concede o conhecimento de informações de natureza econômica e social e possibilita uma melhor visão da entidade perante a sociedade em que se insere. Destacam ainda que além de apresentar informações que sejam capazes de influenciar os usuários das informações contábeis em suas tomadas de decisões, a DVA, ao evidenciar a riqueza distribuída, serve também como forma de avaliação própria do desempenho da organização. Nestes termos, o valor adicionado deve ser levado em conta para a avaliação de desempenho de uma empresa, devido dispor claramente da predominância sobre os ganhos e o fluxo de caixa.

## 2.2 Estudos Empíricos Anteriores

Com relação a geração e distribuição de riqueza das entidades, a influência do ISE na performance das empresas no mercado, e também com a intenção de analisar as características da Demonstração do Valor Adicionado, alguns estudos foram realizados ao longo do tempo (Quadro 1).

<b>Autores</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Resultados</b>
Dallabona, Kroetz e Mascarello (2014)	Avaliar a relação entre os indicadores de desempenho e o valor adicionado distribuído aos agentes colaboradores na formação de riqueza de empresas listadas na BM&FBovespa em 2010 e 2011.	Constataram que variáveis como ativo total, lucro líquido, receita e capital de giro explicam o valor adicionado aos agentes colaboradores, ou seja, uma variabilidade no valor adicionado distribuído aos agentes colaboradores pode ser explicada por essas variáveis no período de 2010 e 2011.
Arruda, Garcia e Lucena (2015)	Analisar a relação entre os valores adicionados constantes na DVA e seu impacto no preço das ações das companhias abertas listadas na BM&FBovespa no período de 2009 a 2013.	Verificaram mediante o estudo que pouco se tem utilizado a DVA para a tomada de decisão, rejeitando, desta forma, a hipótese do trabalho. Sugeriram levantar a hipótese de que os usuários das informações contábeis atribuem mais importância a outros relatórios financeiros, como a demonstração da posição financeira e a demonstrações dos fluxos de caixa.
Cardoso <i>et al.</i> (2015)	Analisar a distribuição de riqueza gerada por empresas de diferentes setores, no exercício de 2013, avaliando como estes	Observaram que o setor que mais gerou riqueza no exercício de 2013 foi o setor de Mineração e o setor que menos gerou foi o setor de indústria da construção. E entre os

	distribuíram aos agentes econômicos, sobretudo para o governo.	setores analisados os que mais agregam valor ao Governo foram os setores de Telecomunicações, Energia e a Indústria Digital respectivamente e os que menos agregaram foram os setores: Farmacêutico e o de Indústria da Construção.
Dalmacio e Buoso (2016)	Verificar, por meio de indicadores contábeis, se as empresas brasileiras que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) possuem desempenho superior ao das demais empresas que não compõem o índice.	Constataram que as empresas consideradas mais sustentáveis apresentam desempenho superior em relação às demais; no que se refere a alguns indicadores contábeis: retorno das ações; rentabilidade do ativo; rentabilidade do patrimônio líquido; e composição do endividamento; essas decorrências podem corroborar com as teorias que afirmam que empresas socialmente responsáveis, com uma boa cidadania corporativa e comprometidas com a sustentabilidade, são as que tenderão a se manter no mercado.
Reusch, Rover e Ferreira (2016)	Verificar a correlação entre as destinações das riquezas expostas na DVA e o valor da marca das empresas mais valiosas do mercado brasileiro entre os anos de 2010 e 2015.	Perceberam que o valor da destinação da riqueza está concentrado no setor estatal, sendo responsável por aproximadamente 45% no acumulado do período estudado (2010 a 2015) e, para capitais de terceiro foi a menor destinação, com 15%, o que evidencia a alta carga tributária no Brasil.
Silva (2017)	Verificar a relação das empresas listadas no ISE com o percentual da riqueza da empresa que é distribuída para a sociedade, levando em conta qual parcela dessa riqueza que permanece retida na empresa ou distribuída aos acionistas. Além de testar a seguinte hipótese de pesquisa: A listagem da empresa no Índice de Sustentabilidade Empresarial está positivamente associada à distribuição de riqueza à sociedade.	Obteve que há uma relação insignificante entre a empresa ser pertencente ao ISE com a distribuição da riqueza à sociedade, observando-se, em contrapartida, que a empresa pertencente à listagem do ISE possuía um índice maior de produção de riqueza, confirmando o que informa um dos itens do tripé da sustentabilidade, que é a prosperidade econômica da empresa, independentemente de como a riqueza possa ser então distribuída.
Sousa e Faria (2018)	Analisar as DVA's publicadas pelas companhias de capital aberto componentes da carteira 2018 do índice ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3.	Concluíram que o fato das empresas da amostra, pertencerem ou não ao Índice de Sustentabilidade Empresarial no período analisado, não é refletido significativamente na DVA dessas empresas, considerando os indicadores utilizados na pesquisa.
Santos, Botinha e Lemes (2019)	Identificar se seu conteúdo informacional da DVA apresenta valor relevante para os investidores.	Constataram que o conteúdo informacional da DVA influencia a decisão dos investidores no mercado de capitais brasileiro. Porém, afirmaram que conforme a literatura sugere, a DVA é uma informação complementar às demais informações contábeis.

**Quadro 1. Pesquisas empíricas relacionadas**

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Em linhas gerais os estudos apresentados pelo Quadro 1 abordaram a utilização da DVA para análise do desempenho das empresas em diferentes

aspectos, como o segmento de atuação, o desempenho da riqueza geral, e a remuneração dos funcionários. Entretanto, visto que ainda não há um consenso entre a literatura, verifica-se a necessidade de investigar mais sobre o tema. Esta pesquisa se difere das demais devido incluir a relação das empresas pertencentes ao ISE com as demais do mercado, utilizando a análise desses aspectos para fazer o comparativo, tudo concentrado em um único estudo.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de compreender como ocorre a distribuição das riquezas das maiores companhias brasileiras por valor de vendas líquidas, mediante informações constantes na Demonstração do Valor Adicionado, no período de 2017 a 2020, este estudo classifica-se com relação ao tempo como longitudinal e quanto ao objetivo como descritivo. No tocante aos procedimentos, esta é uma pesquisa documental, a qual utilizou a DVA das maiores companhias brasileiras por valor de vendas líquidas.

A população do estudo foi escolhida pela Lista das 100 maiores companhias do país por valor de vendas líquidas em 2019 disponibilizada pela Revista Exame, sendo a amostra correspondente a 36 companhias, devido 64 destas apresentarem dados insuficientes ou não serem listadas no banco de dados da B3. Como fonte secundária de informação, fez-se o uso de publicações de periódicos, artigos divulgados em revistas, doutrinares e instruções normativas aplicáveis a DVA.

Quanto à natureza, a pesquisa esteve fundamentada na perspectiva quantitativa. Esta abordagem é representada por um aglomerado de processos que se iniciam no desenvolvimento de uma ideia, na definição dos objetivos e questões de pesquisa e na construção de um panorama teórico (Sampieri, Collado, & Lucio, 2013).

A coleta de dados se deu através de dados nos demonstrativos financeiros padronizados (DVA), obtidas por meio do *website* da Brasil, Bolsa, Balcão (B3), além de informações contidas na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Fez-se também o uso de testes estatísticos como análise descritiva, o teste entre médias para amostras independentes de Mann-Whitney, e indicadores elaborados a partir da DVA adaptados do estudo de Belarmino *et al.* (2018). O Quadro 2 apresenta os indicadores propostos.

Indicadores	Fórmulas
Distribuição de Riqueza com Pessoal	$DRP = \frac{\text{Pessoal}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$
Distribuição de Riqueza com o Governo	$DRG = \frac{\text{Governo}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$
Distribuição de Riqueza com Credores	$DRC = \frac{\text{Gastos com Remuneração de Capital de Terceiros}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$
Distribuição de Riqueza com Acionistas	$DRCP = \frac{\text{Gasto com Capital Próprio}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$
Distribuição de Riqueza com Lucros ou Prejuízos Acumulados	$DRLA = \frac{\text{L / P Acumulado}}{\text{Valor Adicionado}} \times 100$

**Quadro 2. Indicadores de DVA**

Fonte: Adaptação de Belarmino *et al.* (2018).

Para alcance do objetivo da pesquisa, os dados foram registrados e organizados em planilhas no software Microsoft *Excel*, de mesma forma as análises dos testes estatísticos foram facilitadas com a utilização do pacote estatístico *Statistic Package for Social Sciencies (SPSS)* – versão 22.0.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A amostra foi dividida em dois grupos, sendo o Grupo 1 composto pelas Empresas Listadas no ISE, e o Grupo 2 pelas Empresas não Listadas no ISE. A Tabela 1 mostra a distribuição da amostra nos dois grupos, por ramo de atividade, conforme classificação da Lista da Revista Exame.

Tabela 1

##### Distribuição da amostra do estudo por setor de atuação

Setor	Grupo 1 Empresas Listadas no ISE	Grupo 2 Empresas Não Listadas no ISE
Atacado	1	1
Bens de Consumo	1	2
Energia	5	5
Infraestrutura	0	1
Mineração	0	1
Papel e Celulose	2	0
Produção Agropecuária	2	0
Química e Petroquímica	0	1
Serviços	0	1
Serviços de Saúde	0	1
Siderurgia e Metalurgia	0	3
Transporte	0	1
Telecomunicações	0	1
Varejo	3	4
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>22</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Observou-se que 35,9% das empresas da amostra fazem parte do ISE. Como também, verifica-se que no setor de Energia ambos os grupos acumulam um total de 5 empresas cada, representando o segmento com maior incidência de atividades, que segundo Manna e Petri (2019) se justifica devido ser indispensável para o desenvolvimento econômico da sociedade contemporânea. Logo após está o setor de Varejo, com 3 no Grupo 1, e 4 no Grupo 2. Esta apuração diverge com o exposto por Reucsh, Rover e Ferreira (2016), o qual o setor de Energia também foi o mais representativo, porém o setor de Varejo ocupava umas das últimas posições. Portanto, obtêm-se que o ramo Varejista vem melhorando sua posição no mercado.

Feita essa análise prévia, foram calculados os índices da distribuição de riqueza para as empresas de cada grupo, afim de fazer uma comparação entre eles. A Tabela 2 apresenta a destinação para o grupo das empresas Listadas no ISE.

Tabela 2

##### Indicadores da Distribuição de Riqueza das Empresas Listadas no ISE

Listadas no ISE	DRP	DRG	DRC	DRCP	DRLA	Setores
BRF	41,87%	31%	30%	-3%	-3%	Bens de Consumo
Cemig Distribuição	9,40%	78%	6%	6%	3%	Energia
Copel Distribuição	11,73%	64%	9%	15%	8%	Energia



CPFL Paulista	7,54%	70%	10%	13%	7%	Energia
GPA	45,95%	25%	16%	12%	8%	Varejo
Klabin	25,67%	8%	68%	-2%	-13%	Papel e Celulose
Light Sesa	3,86%	81%	12%	4%	3%	Energia
Lojas Americanas	24,22%	20%	51%	6%	4%	Varejo
Lojas Renner	22,46%	45%	13%	20%	12%	Varejo
Marfrig	33,29%	7%	46%	13%	6%	Produção Agropecuária
Minerva	42,76%	-93%	349%	-261%	-261%	Produção Agropecuária
Petrobras	11,89%	49%	28%	6%	3%	Energia
Petrobras Distribuidora	4,16%	80%	5%	11%	8%	Atacado
Suzano Papel e Celulose	14,20%	11%	82%	-9%	-11%	Papel e Celulose

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao realizar a interpretação dos dados da Tabela 2, depreende-se que a GPA, pertencente ao setor varejista, foi a empresa que mais distribuiu riqueza com seus funcionários, com índice de 45,95%, sendo este percentual maior que o gasto com o governo. Neste mesmo ramo de atividade, outra entidade que obteve mesma tendência de distribuição foi as Lojas Americanas, entretanto mesmo apresentando o DRP maior que o DRG seu maior índice foi o de remuneração de capital de terceiros (51%).

Quanto à destinação ao Governo, as empresas que obtiveram maiores índices foram, respectivamente, a Light Sesa (81%), e a Petrobrás (80%), ambas do setor de Energia. Em contrapartida, as companhias que apresentaram menores índices foram as do ramo de Papel e Celulose, a Klabin (8%) e a Suzano Papel e Celulose (11%). Cosenza (2003) explica que o pagamento de Impostos, taxas e contribuições representa a remuneração da empresa ao Estado devido ele fomentar subsídios necessários ao funcionamento da companhia por meio de incentivos fiscais, investimentos em infraestrutura e subvenções.

Relativo à destinação à capitais de terceiros, a empresa que obteve índice mais alto (349%) foi a Minerva, do setor de Produção Agropecuária. Esta atribuição deve-se à remuneração dos credores pelo fornecimento de capital para financiamento da atividade produtiva da companhia (Cosenza, 2003). Os índices de DRCP e DRLA foram os que tiveram menores percentuais gerais, sendo as Lojas Renner a que mais se destacou, com percentual de DRCP de 20%, e de DRLA de 12%.

Na Tabela 2, há também a presença de índices negativos, os quais Belarmino *et al.* (2018) explicam que este resultado se deve ao fato de o valor adicionado gerado não ter sido suficiente para suprir a riqueza distribuída para seus *stakeholders*, sendo comum nas empresas que resultam em prejuízos.

Como panorama geral da distribuição das empresas pertencentes ao ISE com a utilização dos índices de distribuição da DVA, observa-se que as entidades distribuem bem a riqueza gerada entre eles, sendo possível sugerir um padrão de distribuição das empresas por setor, como exemplo, o setor de Energia apresenta maior percentual de DRG, já nos ramos de Produção Agropecuária e Papel e Celulose, o índice que mais se destacou foi o DRC. Afim de fazer uma comparação, os índices de distribuição das empresas Não Listadas no ISE estão apresentados, na Tabela 3.

Tabela 3

**Indicadores da Distribuição de Riqueza das Empresas Não Listadas no ISE**

<b>Não Listadas no ISE</b>	<b>DRP</b>	<b>DRG</b>	<b>DRC</b>	<b>DRCP</b>	<b>DRLA</b>	<b>Setores</b>
AMBEV	10%	56%	10%	24%	7%	Bens de Consumo
Braskem	14%	30%	73%	-20%	-20%	Química e Petroq.
Carrefour	33%	37%	11%	19%	14%	Varejo
CELESC	12%	78%	6%	4%	3%	Energia
Coelba	6%	52%	33%	8%	4%	Energia
Comgás	5%	44%	14%	36%	9%	Energia
CSN	11%	29%	10%	46%	31%	Siderurg. e Metalurgia
Elektro Redes S.A.	6%	60%	25%	7%	2%	Energia
Gerdau S.A.	45%	24%	22%	9%	9%	Siderurg. e Metalurgia
Gol	34%	19%	117%	-79%	-84%	Transporte
JBS	57%	10%	26%	6%	4%	Bens de Consumo
Localiza	25%	22%	26%	27%	19%	Serviços
Magazine Luiza	30%	43%	16%	11%	7%	Varejo
Notre Dame Intermédica	23%	35%	17%	25%	20%	Serviços de Saúde
OI S.A.	12%	28%	108%	-52%	-28%	Telecomunicações
Raizen Combustíveis	29%	26%	31%	13%	12%	Atacado
RD (Raia Drogasil)	34%	42%	13%	11%	7%	Varejo
RGE	6%	79%	7%	8%	2%	Energia
SABESP	25%	26%	24%	25%	19%	Infraestrutura
USIMINAS	24%	33%	28%	15%	10%	Siderurg. e Metalurgia
Vale	15%	18%	46%	16%	19%	Mineração
Via Varejo	55%	24%	23%	-4%	-4%	Varejo

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao contrário do que se pode analisar na Tabela 3, entre as empresas Não Listadas no ISE, conforme a amostra, o setor que mais destinou riqueza com seus funcionários foi o de Bens de Consumo, a JBS, com percentual de 57%, já o ramo varejista, em contraponto com a Tabela 2, passou a ser o segundo em percentual de distribuição. A distribuição com o Governo apresentou mesmo padrão que as Listadas no ISE, devido serem ambas do setor de Energia, respectivamente a RGE (79%), seguida pela CELESC (78%).

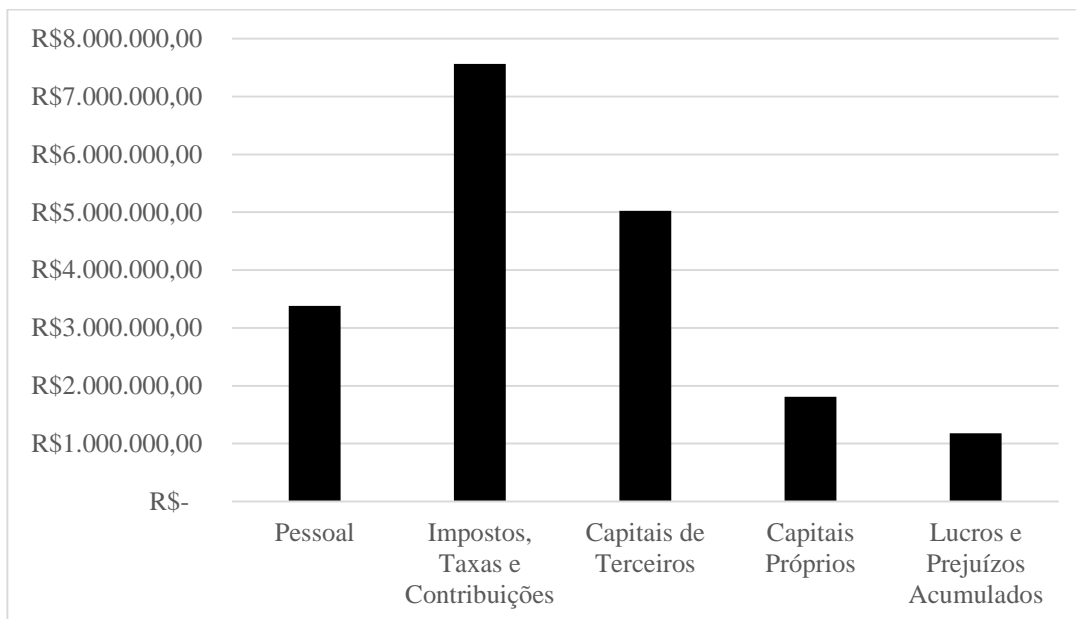
A Gol (117%) foi a empresa que obteve o maior índice de distribuição com os credores, acompanhada pela OI S.A. (108%), pertencentes ao ramo de Transporte e Telecomunicações, respectivamente. É válido ressaltar que estes setores não estavam presentes na amostra das empresas Listadas no ISE, o que não possibilita fazer a comparação entre os grupos por ramo de atividade, neste caso.

Percebe-se que os índices de DRCP da Tabela 3 são relativamente maiores do que os da Tabela 2. Ainda que baixos, algumas companhias apresentaram percentuais acima de 20%, que havia sido o máximo entre as Listadas no ISE. A CSN apresentou 46%, seguido pela Comgás (36%), e a Localiza (27%), todas estas em setores divergentes do apurado nesta mesma análise do grupo anterior. A CSN

também apresentou o maior percentual de destinação da riqueza para Lucros ou Prejuízos acumulados, sendo 31%, seguido pela Notre Dame Intermédica (20%) e pela Localiza, SABESP e Vale, igualhadas com 19%.

Sintetizando os achados por esta análise, é possível inferir que os resultados se assemelham com os das empresas Listadas no ISE, tendo as companhias concentrado a maior parte da sua distribuição em ao menos dois indicadores, sendo em primeiro lugar o DRG, e o segundo lugar variando entre o DRP e o DRC, e os demais indicadores com percentuais menores. Também é válido ressaltar que foi dificultado o comparativo quanto aos setores de atuação, com o segundo grupo, devido estes possuírem segmentos distintos do grupo anterior. Assim como, houve novamente a presença de índices negativos, antes já justificados pelo exposto de Belarmino *et al.* (2018), cujo afirma a disparidade dos índices entre empresas serem resultado de prejuízos.

Posteriormente, para analisar a destinação da riqueza geral, no período compreendido de 2017 a 2020, entre os grupos de distribuição da DVA, foi elaborado um gráfico que compreende as médias anuais unificadas de gasto (em milhares de R\$) com cada grupo da classificação, representado pelo Gráfico 1.



**Figura 1. Distribuição das riquezas entre os grupos da DVA**

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

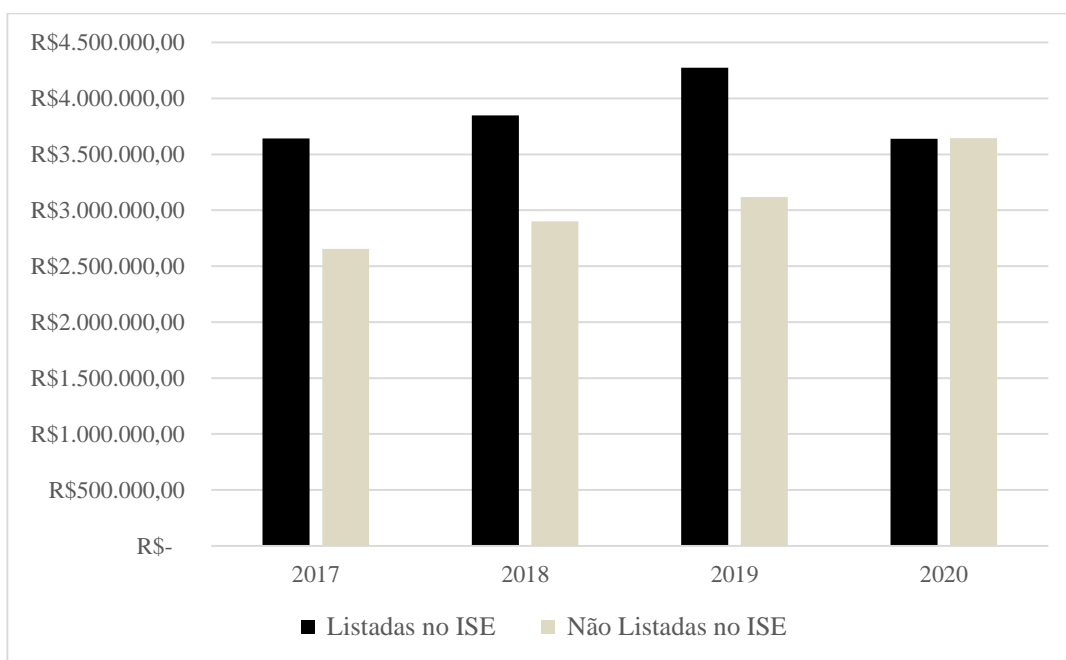
Conforme Gráfico 1, auferiu-se que a maior parte das riquezas totais foram destinadas ao Governo, na forma de Impostos, Taxas e Contribuições. Seguido por ordem decrescente de grandeza, pela remuneração de Capitais de Terceiros, Gastos com Pessoal e Encargos, Remuneração de Capitais Próprios, onde se encontram os acionistas, e por último a destinação para Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Ao confrontar os resultados obtidos com o exposto por Reusch, Rover e Ferreira (2016), que realizaram estudo similar entre os anos de 2010 a 2015, foi possível visualizar que o principal destino das riquezas continua sendo para o Governo, por meio do pagamento de Impostos, Taxas e Contribuições. Entretanto, o segundo grupo com maior destinação no estudo realizado pelos autores que foi o de gasto com Pessoal e Encargos, diverge da apuração desta pesquisa que obteve como segunda maior destinação a remuneração dos Capitais de Terceiros. A

distribuição aos acionistas, representado pelos Capitais Próprios também sofreu alteração, passando de terceiro lugar para quarto, tomando como base o total destinado. Outra pesquisa similar, produzida por Cardoso *et al.* (2015) obteve resultados idênticos, porém o período de tempo do estudo dos autores foi reduzido a apenas um ano (exercício de 2013) que dificulta a visualização de um padrão.

Segundo Cardoso (2019) há uma preocupação empresarial em utilizar a DVA para estudar o desempenho evolutivo da remuneração dos funcionários ao longo do tempo, que possibilita também serem feitas comparações entre entidades de mesma categoria, com a finalidade de negociações salariais. Para isto, o Gráfico 2 expõe a distribuição da riqueza com pessoal e encargos entre as empresas Listadas no ISE, e as Não Listadas no ISE.

Através do Gráfico 2, visualiza-se que as empresas Listadas no ISE, obtiveram maiores médias gerais relativas ao gasto com a remuneração de pessoal, no período de 2017 a 2019, de forma crescente, sendo este resultado menor apenas em 2020, cujo qual foi equivalente ao outro grupo. As empresas Não Listadas no ISE apresentaram médias anuais menores que as do outro grupo. Entretanto observa-se uma progressão de crescimento deste segundo grupo no período estudado, o que pode sugerir uma possível mudança de perfil entre as companhias.



**Figura 2. Distribuição da riqueza com Pessoal e Encargos nos dois grupos**

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em vista disso, os resultados desta análise entraram em discordância com o estudo de Silva (2017), o qual obteve em seus resultados que o grupo das empresas não pertencentes ao ISE destinavam mais do seu valor adicionado aos seus funcionários, do que o outro grupo. Entretanto, a relação entre a remuneração do corpo funcional e o fato da empresa ser ou não listada no ISE poderia ser abordada em outro estudo mais aprofundado, para identificar melhor a presença de contradições.

Em seguida, realizou-se a aplicação de estatística descritiva buscando comparar o desempenho da riqueza total das empresas listadas e não listadas no ISE entre o período de 2017 a 2020. A Tabela 4 apresenta os resultados obtidos.

Tabela 4

**Estatística descritiva da riqueza total das empresas da amostra**

Riqueza Total		Nº de empresas	Média - em Reais (R\$)	Desvio Padrão
2017	Não listadas no ISE	22	2.655.840,86	0,417
	Listadas no ISE	14	3.642.639,86	0,739
2018	Não listadas no ISE	22	2.900.920,05	0,475
	Listadas no ISE	14	3.848.573,79	0,781
2019	Não listadas no ISE	22	3.117.425,91	0,530
	Listadas no ISE	14	4.273.316,57	0,813
2020	Não listadas no ISE	22	3.644.493,95	0,731
	Listadas no ISE	14	3.639.673,07	0,567

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com base nos resultados exibidos na Tabela 4, nota-se a presença de maiores médias para as Empresas Listadas no ISE nos três primeiros anos, conforme as médias obtidas. Ou seja, os resultados sugerem que as Empresas Listadas no ISE, quando comparadas com as Não Listadas no ISE, possuem maiores riquezas totais. Os desvios padrões de ambos os grupos são crescentes nos anos de 2017 a 2019, entretanto em 2020 as Listadas no ISE tiveram desvio padrão decrescente, e as Não Listadas no ISE crescente. Deste modo, se infere que apesar dos valores dos desvios padrões terem sido baixos para ambos os grupos e em todos os anos, há uma disparidade de resultados nas empresas Listadas no ISE, que representa maior variabilidade dos dados.

Logo após, buscou-se analisar se existem diferenças significativas entre a riqueza total entre as empresas listadas no ISE e as não listadas. Para tanto, aplicou-se o teste entre médias para amostras independentes de Mann-Whitney (Tabela 5). Através dos testes de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk, certificou-se que quase nenhuma das variáveis apresentou distribuição normal, já que o p-valor dos testes foi inferior a 0,05, justificando-se, assim, a utilização do teste não paramétrico.

Tabela 5

**Teste não paramétrico de Mann-Whitney**

Riqueza Total	Nº de empresas	Mann-Whitney	Wilcoxon W	Asymp. Sig. (2-tailed)
Grupo 1 – Empresas Listadas no ISE	14	164,000	269,000	0,761
Grupo 2 – Empresas Não Listadas no ISE	22			

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com base nos resultados exibidos na Tabela 5, nota-se que não há diferenças significativas entre as empresas Listadas no ISE e as Não Listadas no ISE quanto à variável riqueza total. Este achado alinha-se com o de Silva (2017) em que o teste também não apresentou diferenças significativas quanto à variável “Riqueza Total”. Ou seja, não se pode inferir que o caso de a entidade estar listada no ISE promova maiores ou menores volumes de riqueza.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal compreender como ocorre a distribuição da riqueza das maiores companhias brasileiras por valor de vendas líquidas perante informações disponibilizadas na Demonstração do Valor Adicionado. A amostra foi composta 36 companhias listadas pelo *ranking* da Revista Exame e que tinham os dados necessários divulgados no *website* da B3, no período de 2017 a 2020, sendo estas distribuídas em dois grupos, as Listadas no ISE, e as Não Listadas no ISE.

Das empresas que mais faturaram em 2019, 39% fazem parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial. A análise descritiva apresentou que em ambos os grupos, as entidades que mais distribuem riqueza ao governo são as do setor de Energia. Das riquezas gerais, após o gasto com Impostos, Taxas e Contribuições, por ordem decrescente de grandeza, os subgrupos de maiores distribuições foram a remuneração de Capitais de Terceiros, Gastos com Pessoal e Encargos, Remuneração de Capitais Próprios, e a destinação para Lucros ou Prejuízos Acumulados.

As empresas Listadas no ISE apresentam maiores médias de riquezas gerais, quando comparadas as Não Listadas no ISE, entretanto o teste entre médias para amostras independentes de Mann-Whitney verificou que não há diferenças significativas entre os grupos quanto à variável riqueza total. Quando observada a distribuição da riqueza com pessoal e encargos, as empresas Listadas no ISE apresentaram melhor desempenho, porém ao longo dos anos, do período estudado, as companhias Não Listadas no ISE demonstram crescimento progressivo quanto a esta destinação.

Destarte, esta pesquisa contribui para a literatura ao trazer novas evidências acerca da utilidade do conteúdo informacional possibilitado pelo uso dos indicadores de DVA, além de divulgar novas relações sobre a influência do ISE na performance das companhias. Como contribuição prática, o estudo registrou o comportamento das empresas listadas no ISE, unificando em uma só pesquisa três aspectos das relações destas com as demais do mercado, sendo estes, a relação quanto ao ramo de atividade, o desempenho da riqueza geral e nos grupos de destinação da DVA, e a comparação quanto a remuneração dos funcionários, o que incentiva as empresas a adotarem práticas mais sustentáveis.

A pesquisa teve como limitação a redução da amostra, quando excluídas as que apresentavam resultados nulos ou incipientes necessários à pesquisa, o que dificultou a formação de padrões de desempenho em todos os aspectos da análise. Para estudos futuros, recomenda-se a utilização de uma amostra maior, fato que traria mais embasamento à pesquisa, assim como o emprego de testes estatísticos mais específicos, como correlação e regressão, para avaliar possíveis correlações entre os grupos.

## REFERÊNCIAS

- Moody, J., & White, D. R. (2003) Structural cohesion and embeddedness: a hierarchical concept of social groups. *American Sociological Review*, 68(1), 103-127.
- Anderson, J. C., & Frankle, A. (1980). Voluntary Social Reporting: An Iso-Beta Portfolio Analysis. *The Accounting Review*, 55(3), 467-479.

- Arruda, M. P., Garcia, I. A. S., & Lucena, W. G. L. (2015). A influência do valor adicionado na precificação das ações das companhias abertas brasileiras listadas na BM&FBovespa. *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 15.
- B3 – Brasil Bolsa Balcão. Índice de sustentabilidade empresarial (ISE B3). Disponível em: [http://www.b3.com.br/pt\\_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm](http://www.b3.com.br/pt_br/market-data-e-indices/indices/indices-de-sustentabilidade/indice-de-sustentabilidade-empresarial-ise.htm), Acesso em: 12/10/2020.
- Cardoso, S. C. (2019). *Distribuição do valor adicionado aos funcionários: uma investigação nas melhores empresas para se trabalhar no Brasil*. Uberlândia. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Uberlândia, 20 p.
- Cardoso, T. L., Ferreira, L. F., Malagotti, L., & Lohn, J. Distribuição de riqueza aos agentes econômicos: um olhar sobre a DVA. *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 15.
- Conselho Federal de Contabilidade. NBC TG 09: Demonstração do Valor Adicionado. 2008. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES\\_1138.pdf89](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1138.pdf89), Acesso em: 24/11/2020.
- Cosenza, J. P. (2003). A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. *Revista Contabilidade & Finanças*, 14(SPE), 07-29.
- Dallabona, L. F., Kroetz, M., & Mascarello, G. (2014). Relação entre os indicadores de desempenho e o valor adicionado distribuído aos agentes colaboradores de empresas listadas na BM&FBovespa. *Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC*, 13(39), 49-63.
- Dalmacio, F. Z., & Buoso, D. (2016). Comparação dos indicadores contábeis das empresas com ações listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE) com os das demais empresas listadas na Bovespa. *Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep*, 3(2), 1-17.
- De Luca, M. M. M. (1998). *Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB*. São Paulo, Atlas.
- Freitas, J. A. A., Alves, R. S., Neto, J. E. B., & Pinheiro, J. L. (2019). Sustentabilidade Empresarial e Tax Avoidance sob a Ótica da Demonstração do Valor Adicionado. *Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 19.
- Machado, M. A. V., Macedo, M. A. S., & Machado, M. R. (2015). Analysis of the Relevance of Information Content of the Value Added Statement in the Brazilian Capital Markets. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(67), 57-69.
- Manna, P., & Petri, S. M. (2019). *Evidenciação da carga tributária na demonstração do valor adicionado (DVA) em companhias do setor elétrico*. Florianópolis, SC. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, 16 p.

- Martins, V. G., Machado, M. A. V., & Callado, A. L. C. (2014). Análise da Aditividade de Value Relevance da DDF e da DVA ao Conjunto de Demonstrações Contábeis: evidências de empresas do mercado de capitais brasileiro. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 17(1), 75-94.
- Oliveira, I. A. F., & Coelho, A. C. D. (2014). IMPACTO DA DIVULGAÇÃO OBRIGATÓRIA DA DVA: evidência em indicadores financeiros. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 2(3), 41-55.
- Reusch, F. A., Rover, S., & Ferreira, L. F. (2016). *Demonstração do Valor Adicionado: estudo sobre a distribuição da riqueza nas empresas com as marcas mais valiosas do mercado brasileiro*. Florianópolis, SC. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, 15 p.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. P. B. (2013). *Metodologia de pesquisa*. 5. ed. Porto Alegre, Penso.
- Santos, A. A., Botinha, R. A., & Lemes, S. (2019). Análise da value relevance da demonstração do valor adicionado nos níveis diferenciados de governança corporativa da BM&FBOVESPA. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 18, 1-16.
- Silva, A. F. (2017). *Demonstração Do Valor Adicionado: as empresas classificadas como mais sustentáveis evidenciam maior distribuição de riqueza à sociedade?* Uberlândia, MG. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Uberlândia, 20 p.
- Sousa, T. S., & Faria, J. A. (2018). Demonstração Do Valor Adicionado (Dva): Uma Análise Da Geração E Distribuição De Riquezas Das Empresas Listadas No Índice De Sustentabilidade Empresarial (Ise)-B3. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 8(2), 137-154.
- Souza, A. F. S. (2018). *Balanço Social: um estudo da evidenciação da Responsabilidade Social em uma empresa S.A.* Porto Velho. Trabalho de Conclusão de Curso. Centro Universitário São Lucas, Porto Velho, 20 p.